



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº 02.05.0039/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço de arbitragem amadora na realização dos eventos esportivos promovidos por esta municipalidade.
- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 39, de 08 de março de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Justifica-se a necessidade do referido serviço, tendo em vista a realização dos eventos esportivos que são promovidos por esta municipalidade, considerando a sua importância para que as competições contenham profissionais qualificados, habilitados e com experiência na área, haja vista que a gestão não dispõe de profissionais capacitados no seu quadro. A ausência destes profissionais pode ocasionar o desinteresse das equipes e atletas em participar destes eventos esportivos, como também a falta de credibilidade perante a sociedade. Diante disso, fica evidente a necessidade da realização deste Credenciamento.
- 2.2. Em razão de ausência de competição, entende-se que a prestação do serviço poderá ser realizada por meio de empresa credenciada pelo Município através de Chamamento Público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A pessoa jurídica interessada em credenciar no Município deverá comprovar, capacidade para atender a demanda necessária, demonstrando habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como:
- a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do chamamento público.
 - b) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- 3.2. Arbitrar os jogos e partidas dos eventos no âmbito Municipal promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação, com as quantidades e localidades previamente especificadas, conforme o pedido, fornecido pela Secretaria.
- 3.3. Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados no município de Santana do Ipanema/AL, de segunda a domingo, nos turnos da manhã, tarde ou noite, conforme o campeonato disputado.
- 3.4. A contratação da credenciada será realizada mediante termo de contrato, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cuja execução será efetivada por ordem de serviço.
- 3.5. Elaborar todo o relatório e a súmula de cada jogo, com o resultado e informações da partida quanto aos gols marcados, cartões e outras ocorrências, para serem entregues junto a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciências, Tecnologia e Inovação** ou equipe técnica.
- 3.6. É de responsabilidade do Credenciado todos os materiais necessários para a realização do serviço. Ex.: Apitos, Bandeirinhas, Uniformes, para que o serviço possa ser realizado em sua conformidade.
- 3.7. O Uniforme deverá ser o padronizado conforme a Associação, Liga ou Federação.
- 3.8. Serviços executados sem a devida ordem de serviço não serão pagos pela administração pública.
- 3.9. Após a emissão da nota de empenho, os serviços serão solicitados pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação**, com a respectiva Ordem de Serviço, contendo a descrição da modalidade, serviço, horário e local de apresentação do árbitro escolhido, **com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do jogo**;
- 3.10. Caso o credenciado não esteja disponível para o dia do evento deverá ser comunicado **no prazo máximo de até 02 (dois) dias após a convocação**, sem ônus a administração;
- 3.11. Os serviços serão periodicamente conferidos, pelo fiscal do objeto, que atestará o fiel cumprimento do serviço.
- 3.12. Todos os interessados no credenciamento deverão apresentar Certificado ou Atestado de participação de curso realizado por Entidade, Federação ou Liga na modalidade específica que irá se credenciar.
- 3.13. Executar os serviços nas condições estipuladas neste termo, observando-se os parâmetros e boa técnica e as normas legais aplicáveis.
- 3.14. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

3.15. Comunicar a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação**, por escrito e com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis**, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

3.16. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços que tenha realizado o credenciamento.

3.17. Executar diretamente os serviços CREDENCIADOS, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

3.18. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

3.19. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciências, Tecnologia e Inovação**, cujas reclamações se obriga a atender.

3.20. Cumprir rigorosamente o calendário para realização dos jogos e competições informados.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VALORES A SEREM PAGOS

4.1. Para cada solicitação de serviço poderão ser disponibilizados os seguintes tipos de serviços com os respectivos valores de pagamento:

a) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Futebol de Campo Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de 02 (dois) tempos de 40 (quarenta) minutos e intervalo de 10 (dez) minutos, a qual cada partida contará com **01 (um) árbitro, 02 (dois) árbitros assistentes (bandeirinhas) e 01 (um) mesário de futebol**;

4.1.a.1. Para os Serviços de **Árbitro de Futebol**, será pago o valor de **R\$ 180,00** (cento e oitenta reais) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.a.2. Para os Serviços de **Assistente de Árbitro de Futebol (Bandeirinha)**, será pago o valor de **R\$ 168,33** (cento e sessenta e oito reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.a.3. Para os Serviços de **Mesário De Futebol**, será pago o valor de **R\$ 153,33** (cento e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

b) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Futebol Society Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de 02 (dois) tempos de 25



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

(vinte e cinco) minutos e intervalo de 10 (dez) minutos, a qual cada partida contará com **02** (dois) árbitros e **01** (um) mesário de futebol;

4.1.b.1. Para os Serviços de **Arbitro de Futebol**, será pago o valor de **R\$ 158,33** (cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.b.2. Para os Serviços de **Mesário De Futebol**, será pago o valor de **R\$ 153,33** (cento e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

c) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Futebol de Salão Amador I da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de **40** (quarenta) minutos, dividido em dois tempos de 20 (vinte) minutos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de futsal e **01** (um) cronometrista de futsal;

4.1.c.1. Para os Serviços de **Arbitro de Futebol de Salão**, será pago o valor de **R\$ 161,67** (cento e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.c.2. Para os Serviços de **Cronometrista de Futebol de Salão**, será pago o valor de **R\$ 153,33** (cento e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

d) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Futebol de Salão Amador II da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de **30** (trinta) minutos, dividido em dois tempos de 15 (quinze) minutos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de futsal e **01** (um) cronometrista de futsal;

4.1.d.1. Para os Serviços de **Arbitro de Futebol de Salão II**, será pago o valor de **R\$ 158,33** (cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.d.2. Para os Serviços de **Cronometrista de Futebol de Salão II**, será pago o valor de **R\$ 151,67** (cento e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

e) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Voleibol de quadra Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas podendo ter até 05 sets, sendo cada set de 25 pontos e o 5º set de 15 pontos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de voleibol e **01** (um) mesário de voleibol;

4.1.e.1. Para os Serviços de **Arbitro de Vôleibol de quadra amador**, será pago o valor de **151,67** (cento e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) por partida, no caso para competições amadoras;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4.1.e.2. Para os Serviços de **Mesário de Vôleibol de quadra amador**, será pago o valor de **R\$ 141,67** (cento e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

f) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Voleibol de areia Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas divididas em 2 sets de 21 pontos e, em caso de empate, é disputado o terceiro set de 15 pontos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de voleibol e **01** (um) mesário de voleibol.

4.1.f.1. Para os Serviços de **Arbitro de Voleibol de praia amador**, será pago o valor de **R\$ 100,00** (cem reais) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.f.2. Para os Serviços de **Mesário de Voleibol de praia amador**, será pago o valor de **R\$ 90,00** (noventa reais) por partida, no caso para competições amadoras;

g) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Basquetebol Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas divididas em 04 (quatro) tempos de 10 (dez) minutos cada, as partidas serão controladas por **02**(dois) árbitros de basquetebol e **01**(um) mesário de basquetebol.

4.1.g.1. Para os Serviços de **Arbitro de Basquetebol**, será pago o valor de **R\$ 155,00** (Cento e cinquenta e cinco reais) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.g.2. Para os Serviços de **Mesário de Basquetebol**, será pago o valor de **R\$ 138,33** (cento e trinta e oito reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

h) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Handebol Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de **40** (quarenta) minutos, dividido em dois tempos de 20 (vinte) minutos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de handebol e **01** (um) mesário de handebol.

4.1.h.1. Para os Serviços de **Arbitro de Handebol**, será pago o valor de **R\$ 158,33** (cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.h.2. Para os Serviços de **Mesário de Handebol**, será pago o valor de **R\$ 145,00** (cento e quarenta e cinco reais) por partida, no caso para competições amadoras;

i) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Queimada Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, partidas com duração de **15** (quinze) minutos, as partidas serão controladas por **02** (dois) árbitros de queimada e **01** (um) mesário de queimada.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4.1.i.1. Para os Serviços de **Arbitro de Queimada**, será pago o valor de **R\$ 123,33** (cento e vinte e três reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.i.2. Para os Serviços de **Mesário de Queimada**, será pago o valor de **R\$ 113,33** (cento e treze reais e trinta e três centavos) por partida, no caso para competições amadoras;

j) Execução dos serviços de arbitragem de partida de Futevolei Amador da cidade de Santana do Ipanema/AL, set único, até 18 pontos, com troca de lado de quadra quando uma das duplas fizer 9 pontos. Em caso de empate no placar 17x17, é necessária uma vantagem de 2 pontos para finalizar a partida, as partidas serão controladas por **01** (um) árbitro e **01** (um) mesário.

4.1.j.1. Para os Serviços de **Arbitro de Futevolei Amador**, será pago o valor de **R\$100,00** (cem reais) por partida, no caso para competições amadoras;

4.1.j.2. Para os Serviços de **Mesário de Futevolei amador**, será pago o valor de **R\$ 90,00** (noventa reais) por partida, no caso para competições amadoras;

4.3. A prestação de serviço de arbitragem poderá ocorrer, no exclusivo interesse da administração, em dias úteis, finais de semana ou feriados, conforme a necessidade do serviço.

4.4. Há a previsão estimada de 990 jogos no ano de 2025, conforme tabela apresentada no Estudo técnico Preliminar.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Os serviços a serem prestados terão como instrumento, de comunicação entre o MUNICÍPIO e a Prestadora de Serviço, a Ordem de Serviço, que servirá para formalizar a demanda.

5.2. Os serviços prestados pela CREDENCIADA serão medidos e remunerados mensalmente através de Instrumento de Medição, no qual indicará a quantidade de jogos que foram utilizadas dentro do mês de referência e os valores a serem devidamente pagos.

5.3. No Instrumento de Medição, os Serviços serão registrados pelo fiscal do contrato, que encaminhará a CREDENCIADA para conferência e formalização do pagamento mensal.

5.4. O Fiscal avaliará a conformidade do serviço de acordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

5.5. O Fiscal, constatando a conformidade do serviço, executados de acordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência dará vistas ao recebimento definitivo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

5.6. As comunicações entre o MUNICÍPIO e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CREDENCIADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

a) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

a) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

b) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. A CREDENCIADA deverá emitir e encaminhar ao MUNICÍPIO, mensalmente, as Notas Fiscais dos serviços executados, juntamente com sua comprovação de regularidade fiscal.

6.2. A Nota Fiscal de Serviços deverá conter os números das Ordens de Serviços, nº do contrato e o valor total do Serviço;

6.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada pela medição, onde o fiscal do contrato, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, atestará o valor a ser cobrado ou apresentará o valor adequado.

a) Esta medição deverá seguir juntamente com a Nota Fiscal e ser assinada, pelo fiscal e pela empresa, contendo:

a) Mês de referência;

b) Nº de jogos;

c) Total de jogos;

d) Nº das ordens de serviço (OS).

b) Caso o fiscal solicite a adequação do valor, a CREDENCIADA poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, impugnar a medição, devendo indicar cada item de sua discordância acompanhada de provas e indicar o valor final para faturamento que entende adequado.

c) A não impugnação implica em aceitação do valor indicado pelo fiscal.

d) Enquanto não se definir qual o valor está correto (se aquele praticado pela empresa ou o indicado pelo Fiscal) a CREDENCIADA emitirá a nota no valor informado pelo Fiscal e em havendo análise da pertinência do valor apresentado pela empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ela apresentará nota fiscal complementar.

6.4. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento mensalmente, em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da utilização dos serviços, contados a partir da data do ateste, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, obedecendo às seguintes formalidades:

a) aceitação pela fiscalização de que os serviços contratados foram efetivamente prestados, de acordo com o estipulado neste Termo de Referência;

b) as ordens de serviços expedidas pelo MUNICÍPIO, com as respectivas Notas Fiscais, serão apresentadas com indicação dos jogos realizados;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.5. Em caso de dissonância entre os documentos apresentados pela CREDENCIADA será informada da incorreção e novo prazo de pagamento será iniciado tão logo as divergências sejam sanadas.

6.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal,

6.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

a) O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MUNICÍPIO.

b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MUNICÍPIO providenciará o pagamento do serviço devidamente atestado pelo fiscal, para não configurar enriquecimento ilícito da Administração Municipal, desde que seja aberto processo de apuração de sanção administrativa, em razão da inadimplência de obrigação contratual por parte da CREDENCIADA.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. A prestação do serviço objeto deste documento será realizada por empresa credenciada pelo Município através de Chamamento Público, de maneira paralela e não excludente: caso



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, nos termos do artigo 79, I da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Contratação será de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

a) **SOCIEDADES COMERCIAIS EM GERAL:** contrato social em vigor e última alteração, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado;

Nota: Na apresentação do estatuto, contrato social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e última alteração, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado;

b) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do chamamento público.

c) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

f) Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Seguridade Social (INSS - Instituto Nacional do Seguridade Social), através de Certidão Conjunta, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade;

g) Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo da mesma;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

h) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela CEF - Caixa Econômica Federal, com data de emissão não superior a 31 (trinta e um) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão seu prazo de validade;

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

Da Qualificação Econômica-Financeira

j) Certidão Negativa de **Falência** ou **Concordata**, expedida pelo Órgão Competente.

Da Qualificação Técnica

k) Comprovação de aptidão para a prestação do serviço equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) por conselho ou associação competente.

l) Registro junto ao respectivo conselho ou associação, da jurisdição a que pertence, quando couber;

m) Cópia do Certificado ou Atestado de participação de curso realizado por Entidade, Federação ou Liga na modalidade específica que irá se credenciar;

8. DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS CREDENCIADOS:

8.1. A escolha do Credenciado, pessoa jurídica, será feita por meio de sorteio entre os credenciados habilitados em cada modalidade esportiva de acordo com os eventos previstos no **calendário de 2025** do Município. Em seguida através de critério próprio cada pessoa jurídica irá designar o arbitro que irá desempenhar o serviço;

a) Após sorteio de todos os credenciados e ainda houver necessidade de contratação, será estabelecido novo sorteio com todos os credenciados;

A **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação** comunicarão a todos os credenciados o dia, hora e local do sorteio;

b) No momento do sorteio deverão ser excluídos os credenciados anteriormente sorteados;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- c) Caso o credenciado não atenda à convocação perderá a vez, sendo excluído dos próximos sorteios, até que todos os credenciados tenham sido sorteados;
- d) Qualquer novo CREDENCIADO entrará no sorteio seguinte a sua entrada.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Solicitar os serviços mediante Ordem de Serviço expedida pelo fiscal do contrato, com antecedência mínima de 12 (doze) horas;
- b) Em casos excepcionais, poderá o MUNICÍPIO solicitar os serviços em prazo inferior ao indicado na alínea a, devido à impossibilidade de planejamento antecipado;
- c) A Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo, quantidade de jogos, a localidade, os dias e horários dos jogos e as respectivas modalidades;
- d) Em casos emergenciais, e em dias e horários que não haja expediente na Prefeitura, a CREDENCIADA deverá atender à requisição de serviços de arbitragem formuladas por meio eletrônico (e-mails e/ou WhatsApp) através do Secretário da pasta demandante;
- e) Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive realizando diligências sempre que necessário;
- f) Exercer a fiscalização sobre o fornecimento e prestação dos serviços por servidores especialmente designados;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA;
- h) Proceder ao pagamento dos serviços prestados, na forma da cláusula sexta;
- i) Comunicar à CREDENCIADA, com antecedência mínima de 12h, qualquer alteração em data e horários dos jogos já confirmados;
- j) Receber e atestar as faturas apresentadas pela CREDENCIADA, em conformidade com as requisições expedidas;
- k) Comunicar à CREDENCIADA a ocorrência de divergência entre a requisição e a fatura, promovendo a devolução das diárias dos jogos para correção;
- l) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CREDENCIADA, de acordo com os termos do edital de Chamamento Público correspondente ao seu credenciamento;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- m) Garantir o fiel cumprimento do contrato, obrigando-se a proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADA possa cumprir suas obrigações obedecendo às normas e os termos do contrato;
- n) Notificar a CREDENCIADA acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- o) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- p) Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- q) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CREDENCIADA;
- r) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- s) Efetuar o pagamento à CREDENCIADA do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidas na Ordem de Serviço;
- t) Aplicar a CREDENCIADA as sanções previstas na lei e no Contrato;
- u) Adotar medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CREDENCIADA;
- v) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2. O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. São obrigações da CREDENCIADA:

- a) Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes no Edital de Chamamento Público e Termo de Referência;
- b) Suspender ou interromper os serviços prestados quando solicitado;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- c) Responder pelos danos causados pela violação dos direitos da Administração Pública;
- d) Sujeitar-se à fiscalização por parte do MUNICÍPIO, através de servidor designado para acompanhar execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendimento às reclamações formuladas;
- e) Assumir integralmente a responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados;
- f) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas para o credenciamento;
- g) Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente ao MUNICÍPIO;
- h) Disponibilizar serviços de arbitragem que o MUNICÍPIO escolher de acordo com o termo de referência;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do MUNICÍPIO;
- j) Empregar mão de obra especializada de qualidade para atender às demandas solicitadas;
- k) Cumprir, durante a execução do contrato, a legislação federal, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infração a que houver dado causa;
- l) Realizar todos os procedimentos inerentes a perfeita execução dos serviços contratados;
e
- m) A CREDENCIADA não se obriga a atender as solicitações de serviço que não observem o prazo mínimo previsto na alínea a e b do item 8.1.

10. CUSTO

10.1. O custo estimado da contratação dos serviços até dia 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 457.662,60 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do credenciamento será exercida pelo servidor: **ERISVALDO BEZERRA DA SILVA**, Diretor do Sistema de Desporto e Lazer, CPF nº 023.027.544-33, designado gestor, a



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do credenciamento, e de tudo dará ciência à Administração;

- a) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação de Santana do Ipanema/AL.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.